

AEROPORTO DE GUARULHOS PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 15.561.610/0001-31

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2014. Permanecemos à disposição de V.Sas para quaisquer esclarecimentos necessários.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo					Passivo e patrimônio líquido				
Ativos Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	513	676	232.623	623.530	Fornecedores (Nota 12)	3	37	93.459	176.335
Contas a receber (Nota 6)	-	-	208.618	167.866	Empréstimos e Financiamentos (Nota 13)	-	-	8.071	1.568
Estoque	-	-	16.042	15.842	Debêntures (Nota 14)	-	-	43.929	-
Impostos a recuperar (Nota 7a)	22	1	19.037	47.453	Impostos, taxas e contribuições a recolher (Nota 7d)	-	-	10.995	22.530
Dividendos a Receber	-	14.007	-	-	Obrigações com empregadores e administradores (Nota 15)	292	292	31.014	26.801
Partes Relacionadas (Nota 7)	-	-	-	217	Concessão serviços público (Nota 16)	-	-	1.178.361	1.164.591
Outros ativos	-	-	9.757	10.171	Partes relacionadas (Nota 8)	117	117	1.095	1.095
Total do ativo circulante	535	14.684	486.077	865.079	Dividendos a pagar	-	12.305	-	25.762
Não circulante					Receita diferida	-	-	5.000	5.000
Aplicações financeiras (Nota 5)	-	-	45.745	-	Outras obrigações	-	-	52.409	64.635
Contas a receber (Nota 6)	-	-	17.713	-	Total do passivo circulante	412	12.751	1.428.489	1.488.417
Impostos a recuperar (Nota 7a)	-	-	117.683	6.332	Não circulante				
Depósitos Judiciais	-	-	417	149	Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	-	-	2.472.382	1.833.000
Investimentos (Nota 9)	476.797	664.904	-	-	Debêntures (Nota 14)	-	-	591.338	-
Imobilizado (Nota 10)	-	-	18.044	11.301	Concessões de serviço público (Nota 16)	-	-	10.861.467	10.733.712
Intangível (Nota 11)	-	-	15.799.553	14.581.143	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7b)	-	-	159.378	59.876
Total dos ativos não circulante	476.797	664.904	15.999.155	14.598.925	Receita diferida (Nota 18)	-	-	38.333	43.333
Total do Ativo	477.332	679.588	16.485.232	15.464.004	Provisões para riscos (Nota 17)	-	-	2.906	-
					Dividendos a pagar (Nota 14)	12.305	-	12.305	-
					Total do passivo não circulante	12.305	-	14.138.109	12.669.921
					Patrimônio líquido				
					Capital social (Nota 19)	627.330	627.330	627.330	627.330
					Reserva Legal (Nota 19)	-	2.591	-	2.591
					Reserva para Retenção de Lucro	-	36.916	-	36.916
					Prejuízo acumulado	(162.715)	-	(162.715)	-
						464.615	666.837	464.615	666.837
					Participação dos não controladores	-	-	-	-
					Total do patrimônio líquido	464.615	666.837	922.714	1.305.666
					Total do passivo e do patrimônio líquido	477.332	679.588	16.485.232	15.464.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

	Reserva de Lucro		Prejuízo	Participação dos não controladores		Total do consolidado
	Capital social	Reserva Legal de Lucros		Retenção	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	187.231	-	(12.929)	174.302	167.464	341.766
Integralização de capital	440.099	-	-	440.099	-	440.099
Resultado do período	-	-	64.741	64.741	62.332	127.073
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(12.305)	(12.305)	(13.457)	(25.762)
Constituição de Reservas	-	2.591	36.916	(39.507)	-	-
Adição de minoritários	-	-	-	-	422.490	422.490
Saldos em 31 de dezembro de 2013	627.330	2.591	36.916	-	666.837	638.829
Prejuízo do exercício	-	-	(202.222)	(202.222)	(194.187)	(396.409)
Reversão de dividendos	-	-	-	-	13.457	13.457
Absorção do prejuízo com reservas	-	(2.591)	(36.916)	39.507	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	627.330	-	(162.715)	464.615	458.099	922.714

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(202.222)	64.741	(306.409)	127.073
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do resultado abrangente	(202.222)	64.741	(306.409)	127.073

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receitas (nota 20)	-	-	3.208.230	3.191.703
Prestação de serviços e cessão de espaços	-	-	1.763.760	1.407.844
Receita de construção	-	-	1.447.879	1.796.667
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(3.409)	(12.808)
Insumos adquiridos de terceiros	(196)	(186)	(1.840.276)	(2.174.581)
Custos dos serviços prestados	-	-	(432.735)	(367.835)
Custo de construção (Nota 21)	-	-	(1.342.394)	(1.746.202)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(196)	(186)	(65.147)	(60.544)
Valor adicionado bruto	(196)	(186)	1.367.954	1.017.122
Retenções	-	-	(585.500)	(430.890)
Depreciação e amortização	-	-	(585.500)	(430.890)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(196)	(186)	782.454	586.232
Valor adicionado recebido em transferência	(202.025)	65.048	54.304	9.400
Resultado de equivalência patrimonial	(202.114)	64.876	-	-
Receitas financeiras (Nota 22)	89	172	54.304	9.400
Valor adicionado total a distribuir	(202.221)	64.862	836.758	595.632
Distribuição do valor adicionado	(202.221)	64.862	836.758	595.632
Pessoal e encargos	-	-	179.727	161.773
Remuneração direta	-	-	127.377	124.312
Benefícios	-	-	41.493	29.682
FGTS	-	-	10.009	7.295
Outros	-	-	848	484
Impostos, taxas e, contribuições	-	-	314.487	239.457
Federais	-	-	296.579	223.088
Municipais	-	-	17.908	16.369
Remuneração do capital de terceiros - juros/aluguéis	1	121	738.953	67.329
Juros	1	121	259.884	2.188
Atualização outorga	-	-	472.050	58.895
Outras	-	-	7.019	6.246
Remuneração de capital próprio	(202.222)	64.741	(396.409)	127.073
Participação de acionistas não controladores	-	-	(194.187)	62.332
Dividendos	-	-	12.305	-
Lucros líquidos retidos (prejuízo) do exercício	(202.222)	64.741	(306.409)	127.073

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

O Aeroporto de Guarulhos Participações S.A ("Companhia" ou "GRUPAR"), cuja sede está localizada na Rodovia Helió Smidt, s/nº, 3º andar - sala 307, foi constituída sob a forma de "sociedade anônima". A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores e tem como objetivo exercer o controle de sociedade da concessionária de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária do Aeroporto e do respectivo complexo aeroportuário. A GRUPAR é controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, que detém 90% do capital da Companhia, sendo os outros 10% da Airports Company South Africa Soc Limited - ACSA. Para explorar a concessão foi constituída em 8 de maio de 2012, a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("GRU AIRPORT" ou "Concessionária") da qual o Consórcio INVEPAR - ACSA, através da Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - "GRUPAR", possui 51% e 49% são detidos pela ANSP, conforme o edital da licitação. A concessão terá prazo de 20 anos, podendo ser renovado por mais 5 (cinco) anos. A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 22 de abril de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, a GRUPAR consolidada apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$938.332 (R\$623.338 em 31 de dezembro de 2013), devido, principalmente, ao reconhecimento de obrigações junto à União referentes ao pagamento das outorgas. Adicionalmente, a Administração da Companhia e da controlada GRU AIRPORT têm atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e na melhoria dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, existe o compromisso dos acionistas de realizar o aporte de recursos necessários à manutenção das atividades de GRU AIRPORT.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

a) **Demonstrações financeiras individuais e consolidadas**
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB. 2.1. Base de elaboração
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. 2.2. Bases de consolidação
As demonstrações financeiras consolidadas incluem a GRUPAR e sua controlada GRU Airport, na qual a participação de GRUPAR é apresentada como segue:

	% de participação da GRUPAR	
	2014	2013
GRU Airport	51	51
Controlada	-	-

Controlada é toda a entidade na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre GRUPAR e sua controlada são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada

são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. A consolidação é feita a partir da data de aquisição da investida e tem como principais procedimentos: (i) a eliminação das transações realizadas entre controladora e controlada; e (ii) a eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados da empresa consolidada. O período da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme na controladora e controlada. 2.3. Reconhecimento de receita
Receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável: a) **Receita de serviços**
A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços. Receita de serviços tarifários é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contemplan as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatiza. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no contrato de concessão. Receita de serviços não tarifários: conforme previsto no contrato de concessão, a Concessionária pode reconhecer receitas não tarifárias mediante cessão de espaços no complexo aeroportuário através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas. b) **Receita de juros**
A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. c) **Receita de construção**
A Companhia possui investimento em concessão aeroportuária, sendo tal concessão alcançada pela ICPC 01(R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12). Dessa forma, a Companhia contabiliza receita relativa à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado na demonstração de resultado. A margem de construção é calculada em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da Concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras. 2.4. Transações em moeda estrangeira
As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado e as diferenças são registradas no patrimônio líquido. A Companhia define o Real (R\$) como sua moeda funcional. 2.5. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras
Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia e sua controlada. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício. 2.6. Contas a receber
As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Concessionária, menos os impostos retidos na fonte. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor do saldo em aberto e o histórico de perdas com contas a receber. 2.7. Estoques
Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor, e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso.

2.8. Investimento em controlada
O investimento da Companhia em sua controlada é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da Controladora. O investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o prejuízo atribuído aos acionistas da controlada. As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. 2.9. Imobilizado
Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Também fazem parte do imobilizado, equipamentos e peças de reposição que são avaliados ao custo médio de aquisição e não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais. 2.10. Intangível
Referido ao custo da exploração do direito de concessão da controlada, e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição e ativos relacionados à infraestrutura da concessão classificados como ativo intangível. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. 2.11. Benefícios a empregados
A Controlada concede benefícios a empregados incluindo plano de previdência privada, assistência médica, odontológica, participação nos lucros, dentre outros. E é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infratero de Seguridade Social - INFRAPREV - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infratero. Para os empregados admitidos pela Controlada o plano de previdência privada oferecido é o BrasilPrev, benefício de aposentadoria por sobrevivência previsto no PGBL e/ou indenização sob a forma de renda prevista no VGBL. Um passivo de benefícios a empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços. 2.12. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventuais, que possam nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que mudam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valores contábeis líquido que excedam o valor recuperável, é constituída provisão

para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecidas e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos não financeiros. 2.13. Outros ativos e passivos
Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia ou da Concessionária e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia ou a Concessionária possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. 2.14. Tributação
As receitas de serviços, da concessionária, estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Descrição	Sigla	Alíquota	
		Receitas tarifárias	Receitas não tarifárias
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	1,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00%	5,00%

A Concessionária possui serviços de diferentes naturezas e tributados pelo ISS a 2% para receitas tarifárias e 5% para receitas não tarifárias. Em 23 de Dezembro de 2014 foi aprovada a Lei nº 7.342/14 que alterou o ISS sobre as receitas tarifárias de 2% para 5% a partir de Abril de 2015. Quanto à tributação do PIS e COFINS, a Companhia adota o regime da não cumulatividade. A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo alas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As incluídas ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou excluídas de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa

AEROPORTO DE GUARULHOS PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 15.561.610/0001-31

Desreconhecimento (baixa)
Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:
• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
• A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.
Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido o risco substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.
Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a controladora manteve.
O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da controladora, dos dois o menor.
Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração
Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.
Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.
Os passivos financeiros da companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos e debêntures.
A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.
Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando foram adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 - Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.
A Companhia não apresenta nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos
Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados substancialmente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.
Desreconhecimento (Baixa)
Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.
Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros - apresentação líquida
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
Valor justo de instrumentos financeiros
O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.
O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado de ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.
2.20. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

2.21. Contrato de concessão - ICPC 01 (R1)
A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Instrução Normativa Técnica ICPC 01 (R1), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

2.22. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade
Novos procedimentos contábeis e melhorias emitidos pelo IASB: O International Accounting Standards Board - IASB publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes, ainda não emitidos pelo CPC:
Aplicáveis em exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2014, exceto quanto a alteração do IAS 39 citada abaixo que é aplicável para exercícios iniciados em ou a partir de 1º de junho de 2014:
IAS36- Redução no valor recuperável de ativo (alteração) - introduz alterações e clarificações sobre as divulgações requeridas por esse pronunciamento.
IAS 39 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração (alteração) - clarifica que não há necessidade de descontinuar o hedge accounting no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao hedge desde que sejam atingidas certas condições.
IAS 32 - Instrumentos financeiros - divulgação (alteração) - clarifica as condições para a apresentação de um ou mais instrumentos financeiros pelo líquido de suas posições.
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas (alteração) - introduz alterações nas regras de consolidação, divulgação e apresentação de demonstrações separadas para empresas de investimento.

IFRS 21 - Taxas governamentais (nova interpretação) - introduz guia de quando reconhecer uma taxa imposta por ente governamental.
Aplicável em exercícios iniciados em ou a partir de 1º de julho de 2014:
IAS 19 - Benefícios a empregados (alteração) - esclarecem como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros para planos de benefício definido. As alterações aplicam-se para contribuições que independem do número de anos de serviços prestados pelo empregado. Por exemplo, contribuições que são calculadas de acordo com uma porcentagem fixa do salário do empregado.
Aplicáveis em exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2015:
IFRS 9 (novo pronunciamento) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
IFRS 1 (alteração) - Isenções dos requerimentos de representação das informações comparativas para a IFRS 9.
Aplicáveis em exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2016:
IFRS 14 (novo pronunciamento) - clarifica a comparabilidade dos relatórios financeiros de empresas que atuam em mercados regulados.
IAS 16 (alteração) - esclarecimentos dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização.
Aplicável em exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2017:
IFRS 15 (novo pronunciamento) - estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.
As alterações às IFRSs mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

3. CONTRATO DE CONCESSÃO:
O contrato tem por objeto a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária, a ser implementada nas seguintes fases:
• FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto sob comando da Infraero para a Concessionária;
• FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços;
• FASE I-C - Expansão aeroportuária e de adequação total a Infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária - PEÁ (fase atual da Concessionária no período findo em 31/12/2014).
• FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEÁ.
O Contrato de Concessão tem prazo de 20 anos, podendo ser prorrogado uma vez por até 05 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.
Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizado pelo poder público e a serem incorporados pela concessionária.
Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.
Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação, dentre outras, manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários a prestação dos serviços que integram a concessão, mantendo um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados. A Concessionária, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$16.213.000 com parcelas anuais de R\$810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil), a título de outorga fixa.
A Concessionária também se comprometeu a realizar contribuições variáveis que correspondem ao montante anual em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.
A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. terá como remuneração as receitas tarifárias, tarifa de embarque, de conexão, de pouso e permanência, de armazenagem e capatazia e de receitas não tarifárias inerentes a exploração dos espaços comerciais.
A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no Complexo Aeroportuário, sendo que a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante. A Concessionária e seu Acionista Privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a Concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Caixa e bancos	11	9	6.285	10.059
Certificado de depósitos				
Banquários - CDB	502	667	502	169.635
Operações compromissadas	-	-	225.836	443.836
Total de caixa e equivalentes	513	676	232.623	623.530

As aplicações financeiras são representadas por operações compromissadas lastreadas em debêntures, com remuneração de 101,46% do CDI (100,95% do CDI em dezembro de 2013), investimento de curto prazo e com alta liquidez. Em 31 de dezembro de 2013 os certificados de depósito bancário - CDB foram remunerados pela taxa de 101,5% do CDI com vencimentos em junho de 2014 e junho de 2015, podendo ser resgatados a qualquer momento sem perda dos rendimentos auferidos.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Fundos de investimentos - não circulante (a)	45.745	-
Saldo de aplicações financeiras	45.745	-

(a) Títulos para negociação
A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos. Os fundos são remunerados pela taxa média de 99,09% do CDI sem prazo de carência, com baixo risco e servem para cumprir com as obrigações, conforme o contrato de financiamento de longo prazo firmado junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os bancos Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA, Bradesco e HSBC.

6. CONTAS A RECEBER:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Ativo circulante		
Aeronaves e passageiros	92.822	80.862
Armazenagem e capatazia	7.128	4.092
Cessão de espaço	124.885	78.007
Outros (a)	-	17.713
Provisão para créditos duvidosos	(16.217)	(12.809)
Total	208.618	167.866
Ativo não circulante		
Outros (a)	17.713	-
Total contas a receber	226.331	167.866

(a) Valor referente a parte relacionada de receitas de GRU AIRPORT junto à INFRAERO, cuja expectativa de recebimento foi revisada em 31 de dezembro de 2014 para o não circulante.
Em 31 de dezembro de 2014, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Saldos vencidos						
	De 31-60 dias	De 61-90 dias	De 91-120 dias	>121-150 dias	>151-180 dias	>180 dias	
31 de dezembro de 2014	174.786	13.004	1.748	15.538	1.702	1.421	653 33.696

	Saldos vencidos			
	De 31-60 dias	De 61-90 dias	De 91-120 dias	>120 dias
31 de dezembro de 2013	142.943	4.608	918	752 1.360 30.093

O total dos títulos vencidos a mais de 180 dias, R\$17.713 são referentes a receitas de GRU AIRPORT junto à INFRAERO, onde não se constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em 31 de dezembro de 2014 a provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$16.217, onde 88% desse total representam títulos vencidos há mais de 180 dias. Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Saldo no início do exercício	(12.808)	-
Adições	(26.730)	(14.277)
Reversões	23.321	1.469
Saldo no fim do exercício	(16.217)	(12.808)

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES
a) Impostos a recuperar

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de Renda e Contribuição Social	20	1
IRRF	13.636	3.806
PIS/COFINS	5.360	43.647
ISS	21	-
Total dos impostos a recuperar - Circulante	19.037	47.454
PIS e COFINS - Não circulante	117.683	6.332
Os impostos a recuperar são decorrentes, principalmente de créditos de PIS e COFINS sobre os investimentos em melhoria e expansão do aeroporto e de aplicações financeiras (IRRF).		

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Consolidado)
A Concessionária, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, as diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções.
A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

Natureza	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	688.029	516.609
Diferenças temporárias-provisões indedutíveis	22.360	21.910
Outorga fiscal	(833.716)	(575.534)
Margem de Construção	(36.051)	(22.861)
	(159.378)	(59.876)

A Companhia não constitui IRPJ e CSLL diferidos sobre o prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias, pois a administração entende que as projeções de resultado tributável, da Companhia, não apresenta base para reavaliação do IRPJ e CSLL diferidos, o valor é de R\$2.461. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32, a Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
2015	46.320	(51.162)
2016	46.521	(51.162)
2017	51.314	(51.162)
2018	57.085	(51.162)
2019	52.881	(51.162)
2020	62.185	(51.162)
2021	86.987	(51.162)
2022 a 2024	307.083	(511.620)
Total	710.376	(669.754)
Saldo de Imposto diferido passivo	(159.378)	-

As tabelas a seguir apresentam o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

Parte relacionada GRU	Transação	Relação	31/12/2014		
			Ativo não Circulante	Passivo Circulante	Resultado
Infraero (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.713	21.238	(3.263)
ACSA	Folha de pagamento de Funcionários a Serviço GRU AIRPORT	Acionista direto	-	-	(10.673)
CART (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU AIRPORT	Coligada	-	521	-
METRÓRIO (ii)	Folha de pagamento de Funcionários a Serviço GRU AIRPORT	Coligada	-	457	-
			17.713	22.216	(13.936)
Construtora OAS S.A.(iii)(*)	Adiantamento para serviços de construção	Participante indireto	40.875	-	-
Construtora OAS S.A.(*)	Prestação de serviços de construção	Participante indireto	-	-	580.433

Parte relacionada GRUPAR	Transação	Relação	31/12/2014		
			Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado
INVEPAR	Despesas com publicação de Balanço	Acionista direto	-	117	(117)
			-	117	(117)

Parte relacionada GRU	Transação	Relação	31/12/2013			
			Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo Circulante	Resultado
Invepar	Repasse de custos	Acionista direto	217	-	-	217
Infraero(i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.713	-	16.743	970
Grupar	Dividendos	Acionista direto	-	-	14.007	-
Infraero	Dividendos	Acionista direto	-	-	13.457	-
CART(ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU AIRPORT	Coligada	-	-	457	-
METRÓRIO(ii)	Folha de pagamento de Funcionários a Serviço GRU AIRPORT	Coligada	-	-	521	(521)
			17.930	-	45.185	209

Parte relacionada GRUPAR	Transação	Relação	31/12/2013		
			Passivo Circulante	Resultado	
INVEPAR	Despesas com publicação de Balanço	Acionista direto	117	(117)	
INVEPAR	Dividendos	Acionista direto	11.075	-	
ACSA	Dividendos	Acionista direto	1.231	-	
			12.423	(117)	

(*) Os valores referentes a Construtora OAS S.A. (acionistas da Invepar) estão representados na rubrica de Fornecedores quando dos saldos no passivo e na rubrica de intangível quando no ativo pelos adiantamentos efetuados e das medições contabilizadas por prestações de serviços de construção.
a) Sumário das transações entre partes relacionadas
(i) A Concessionária possui valores a repassar de receitas e custos pertencentes a INFRAERO, provenientes da operação do terminal de cargas que realizaram suas entradas no período anterior a 15 de novembro de 2012 as quais foram recebidas pela Concessionária.
(ii) Os passivos com as coligadas CART e MetrôRIO são valores referentes a gastos com funcionários destas Concessionárias que prestaram serviços a Concessionária.
(iii) Em agosto de 2012 a Concessionária celebrou com a Construtora OAS contrato de execução de obras civis em regime de empreitada e preço global, cujo prazo é de 46 meses.
Em setembro de 2012 a Concessionária adiantou à Construtora OAS o montante de R\$104.459 referentes aos serviços de mobilização para o projeto de construção, modernização e ampliação conforme contrato firmado entre as partes, a ser amortizado em 46 parcelas iguais de R\$2.271.
O preço acordado entre as partes foi de R\$2.132.278, devendo os pagamentos serem realizados em parcelas mensais, de acordo com a evolução física dos serviços. Em 08 de Agosto de 2014 houve um aditivo contratual devido à necessidade de adequação das áreas ao projeto executivo no valor de R\$210.917, totalizando R\$2.343.195. Em 31 de dezembro de 2014 não havia saldo a pagar a OAS (R\$71.244 em 31 de dezembro de 2013).

9. INVESTIMENTOS:
a) Controladora
A participação em controlada, avaliada pelo método da equivalência patrimonial, foi apurada de acordo com o balanço patrimonial da referida investida em cada data-base.

Investida	Participação %	Quantidade de ações em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2013	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldos em 31/12/2014
GRU Airport	51%	52.237.831.284	664.904	14.007	(202.114)	476.797

Investida	Participação %	Quantidade de ações em 31/12/2013	Saldo em 31/12/2012	Integralização	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldos em 31/12/2013
GRU Airport	51%	52.237.831.284	174.299	439.736	(14.007)	64.876	664.904

b) Informações sobre o investimentos da controladora

	GRU AIRPORT	
	2014	2013
Ativo	16.484.697	15.463.327
Passivo	15.549.804	12.669.921
Patrimônio líquido	934.896	1.303.734
Capital social	1.215.559	1.215.559
Resultado do exercício	(396.301)	127.208

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (GRU AIRPORT) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela

10. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO):

Movimentação do período	Taxas anuais de depreciação %		Saldos em 31/12/2013		Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2014
	depreciação %	Saldos em 31/12/2013	Adições	Saldos em 31/12/2014				
Custo								
Instalações	5%	237	670				907	
Máquinas e equipamentos	10%	6.446	5.077	(16)	313	11.820		
Móveis e utensílios	10%	1.048	1.940	-	-	2.988		
Veículos	20%	114	961	-	-	1.075		
Equipamentos de informática	20%	5.405	1.540	-	(313)	6.632		
Importação de bens		8	-	(8)	-	-		
Total		13.258	10.188	(24)	-	23.422		

Depreciação	Saldos em 31/12/2013		Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2014
	depreciação %	Saldos em 31/12/2013				
Instalações	(8)	(17)				

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)
 a) Composição da dívida

Objeto	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2013	Captação	Juros incorridos	Juros pagos 31/12/2014	Saldo final 31/12/2014
BNDES	Finem	dez/27	TJLP	2,88%	1.284.074	447.357	116.005	(111.644)	1.735.791
BNDES	Finem	dez/27	TJLP	-	-	300	2	-	302
Banco do Brasil	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	110.099	38.345	10.550	(10.123)	148.871
Bradesco	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	110.099	38.345	10.550	(10.123)	148.871
Itaú	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	110.099	38.345	10.550	(10.123)	148.871
HSBC	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	110.099	38.345	10.550	(10.123)	148.871
CEF	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	110.099	38.345	10.550	(10.123)	148.871
Itaú	Conta Garantida	ago/14	CDI	3,48%	-	34.960	713	(713)	-
Valorantim	Conta Garantida	nov/14	CDI	2,43%	-	150.000	6.328	(6.328)	-
Bradesco	Nota Promissória	nov/14	CDI	108% do CDI	-	100.000	5.653	(5.653)	-
Banco do Brasil	Nota Promissória	nov/14	CDI	108% do CDI	-	100.000	5.653	(5.653)	-

Objeto	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2013	Captação	Juros incorridos	Juros pagos 31/12/2014	Saldo final 31/12/2014
HSBC	Nota Promissória	nov/14	CDI	108% do	-	100.000	(100.000)	5.653	(5.653)
Itaú	Comissão Fiança	jul/14	INPC	2,90%	-	-	5	-	5
Total					1.834.568	1.124.342	(484.960)	192.762	(186.259)
Parcela do curto prazo									8.071
Parcela do longo prazo									2.472.382

Objeto	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2012	Captação	Juros incorridos	Juros pagos 31/12/2013	Saldo final 31/12/2013
BNDES	Empréstimo Ponte	dez/14	TJLP	2,40%	450.356	750.000 (1.200.000)	58.098	-	(58.454)
BNDES	Finem	dez/14	TJLP	2,40%	-	1.283.000	-	1.074	-
Banco do Brasil	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	-	110.000	-	99	-
Bradesco	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	-	110.000	-	99	-
Itaú	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	-	110.000	-	99	-
HSBC	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	-	110.000	-	99	-
Caixa Econômica	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	-	110.000	-	99	-
Itaú	Conta Garantida	ago/14	CDI	3,48%	247	-	-	-	(247)
Total					450.603	2.583.000 (1.200.000)	59.667	(58.701)	1.834.568
Parcela do curto prazo									1.568
Parcela do longo prazo									1.833.000

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) foram capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. O montante incorrido no período findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$66.690 (R\$88.120 no período findo em 31 de dezembro de 2013). Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

	31/12/2014
2017	117.732
2018	235.464
2019	235.464
2020	235.464
2021 em diante	1.648.258
	<u>2.472.382</u>

Notas Promissórias

Em 7 de maio de 2014, a Concessionária emitiu 300 (trezentas) Notas Promissórias comerciais em série única, no valor nominal unitário de R\$1.000 coordenada pelo HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., totalizando R\$300.000. Na mesma data, as Notas Promissórias foram totalmente subscritas e integralizadas. Estes títulos fizeram jus à remuneração anual de 108% do CDI, com vencimento de principal e juros em 03 de novembro de 2014.

As Notas Promissórias não contaram com garantia fidejussória ou qualquer outra espécie de garantia.

Em 30 de outubro de 2014, a Concessionária realizou a liquidação antecipada, através dos recursos obtidos com a 2ª emissão de debêntures, das notas promissórias emitidas em maio de 2014.

Fiança

O saldo referente à comissão fiança refere-se à Carta Fiança contratada em 01 de julho de 2014 no valor limite de R\$662, atualizado de acordo

14. DEBÊNTURES (Consolidado)

Objeto	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2013	Captação	Juros incorridos	Juros pagos 31/12/2014	Saldo final 31/12/2014
Bradesco	Debênture	dez/25	IPCA	7,86%	-	100.000	12.640	112.640	-
Banco do Brasil	Debênture	dez/25	IPCA	7,86%	-	100.000	12.640	112.640	-
HSBC	Debênture	dez/25	IPCA	7,86%	-	100.000	12.640	112.640	-
Bradesco	Debênture	out/26	IPCA	6,40%	-	100.000	2.266	102.266	-
Banco do Brasil	Debênture	out/26	IPCA	6,40%	-	100.000	2.266	102.266	-
HSBC	Debênture	out/26	IPCA	6,40%	-	100.000	2.266	102.266	-
Total					-	600.000	44.718	644.718	-
Parcela do curto prazo									44.718
Parcela do longo prazo									600.000

Em 31 de dezembro de 2014, o custo de captação com as instituições financeiras para a emissão das debêntures é de R\$9.451. Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2017	15.000
2018	30.000
2019	39.000
2020	54.000
2021 em diante	462.000
	<u>600.000</u>

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 476, no valor de R\$300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série).

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto Internacional de Guarulhos.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a. Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, 1 ano após a emissão, até a amortização do principal, que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

Amortização	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
5%	15/03/2015	15/06/2015	15/09/2015	15/12/2015
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 400, no valor de R\$300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures.

16. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (CONSOLIDADO)

Objeto	31/12/2013		Transfêrencia de longo prazo para curto prazo		Saldo final 31/12/2014
	Saldo Inicial	Atualização resultado	Atualização intangível	pagamento	
Outorga variável	143.913	185.065	-	(143.801)	185.177
Outorga fixa	1.020.678	77.940	54.954	772.900	993.184
Circulante	1.164.591	263.005	54.954	772.900	1.178.361
Outorga fixa	10.733.712	394.110	506.545	(772.900)	10.861.467
Não circulante	10.733.712	394.110	506.545	(772.900)	10.861.467
Total	11.898.303	657.115	561.499	(1.077.089)	12.039.828

Objeto	31/12/2012		Transfêrencia de longo prazo para curto prazo		Saldo final 31/12/2013
	Saldo Inicial	Atualização resultado	Atualização intangível	pagamento	
Outorga variável	14.954	143.849	-	(14.890)	143.913
Outorga fixa	920.901	5.765	85.137	885.008	1.020.678
Circulante	935.855	149.614	85.137	885.008	1.164.591
Outorga fixa	10.799.355	53.130	766.235	(885.008)	10.733.712
Não circulante	10.799.355	53.130	766.235	(885.008)	10.733.712
Total	11.735.210	202.744	851.372	(891.023)	11.898.303

A Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% conforme OCCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$810.650. Esses pagamentos ocorrerão no mês de julho de cada ano e serão ajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil). Em 11 de julho de 2014 foi pago o total de R\$933.288 (R\$876.133 em 11 de julho de 2013).

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual, deduzida da receita de construção. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Ainda em relação à contribuição variável, o pagamento realizado no ano de 2014 em relação às receitas auferidas no ano de 2013 foi de R\$143.801 (R\$14.890 em 17 de maio de 2013). Pelo valor determinado no contrato de concessão, a receita bruta estimada para efeito do pagamento pela alíquota de 10% deveria ser de R\$1.180.534 corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, acumulado entre o mês da realização da Sessão Pública do Leilão e a data de início do pagamento. Dessa forma, o valor base para o pagamento pela alíquota de 10% foi de R\$1.347.514. O excedente entre a base de R\$1.347.514 e os R\$1.407.844 da receita bruta realizada foram pagos à alíquota de 15% conforme contrato de concessão.

17. PROVISÃO PARA RISCOS

A Concessionária é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

	31/12/2014
Provisão para riscos Trabalhistas (a)	2.843
Administrativos (b)	52
Cíveis (c)	11
Total	<u>2.906</u>

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

a) **Riscos trabalhistas**
 A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização).
 b) **Riscos administrativos**
 Autuações oriundas de autoridades administrativas fiscalizadoras das atividades da infraestrutura aeroportuária, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo e são referentes à erros de balance de pesagem de check in, essas autuações foram lavradas pelo IPFM / SP (INMETRO).

Objeto	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2013	Captação	Juros incorridos	Juros pagos 31/12/2014	Saldo final 31/12/2014
BNDES	Empréstimo Ponte	dez/14	TJLP	2,40%	450.356	750.000 (1.200.000)	58.098	-	(58.454)
BNDES	Finem	dez/14	TJLP	2,40%	-	1.283.000	-	1.074	-
Banco do Brasil	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	-	110.000	-	99	-
Bradesco	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	-	110.000	-	99	-
Itaú	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	-	110.000	-	99	-
HSBC	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	-	110.000	-	99	-
Caixa Econômica	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	-	110.000	-	99	-
Itaú	Conta Garantida	ago/14	CDI	3,48%	247	-	-	-	(247)
Total					450.603	2.583.000 (1.200.000)	59.667	(58.701)	1.834.568
Parcela do curto prazo									1.568
Parcela do longo prazo									1.833.000

com a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), para garantir o pagamento de quantias questionadas nos autos da Execução de Título Extrajudicial, processo nº 1007422-31.2014.8.26.0224 perante o Juízo de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos - SP. **Conta Garantida**
 O saldo de Conta Garantida foi liquidado em setembro de 2014, através dos pagamentos parcelados realizados em 13 de agosto no valor de R\$34.960, 26 de agosto no valor de R\$50.000, 29 de agosto no valor de R\$50.000 e última parcela em 25 de setembro no valor de R\$50.000.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Em 31 de Dezembro de 2014, os saldos de empréstimos e financiamentos, são garantidos através do penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão, penhor dos direitos de administração de conta corrente e penhor de ações dos acionistas (Infraero e Grupar), além do contrato de suporte de capital - ESA (Equity Support Agreement) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando a contribuição fixa e variável.
 Conforme contrato de financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) os *covenants* deverão ser apresentados, obrigatoriamente, após a conclusão de todas as obras financiadas em 2019 e servem de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

Qualquer alteração dos *covenants* antes da conclusão de todas as obras financiadas em 2019 não representam informações seguras sobre seus atingimentos.

20. RECEITAS

	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional bruta tarifária e não tarifária	-	-
Receita de aeronave e passageiros	575.620	472.397
Receita de armazenagem e capatazia	277.465	294.719
Total	853.085	767.116
Cessão de espaço	891.495	625.676
Outros	19.180	15.052
Total da receita operacional bruta não tarifária	910.675	640.728
Total da receita operacional bruta tarifária e não tarifária	1.763.760	1.407.844
Deduções da receita bruta	(187.486)	(146.476)
PIS	(28.997)	(23.242)
COFINS	(133.560)	(107.117)
ISS	(17.908)	(16.056)
Cancelamentos e devoluções	(7.021)	(61)
Receita líquidas de serviços	1.576.274	1.261.368
Receita de construção	1.381.189	1.796.667
Receita operacional líquida	2.957.463	3.058.035

21. CUSTOS E DESPESAS

	31/12/2014	31/
--	------------	-----

g.1) Ativo financeiro

Empresa	Operação	Risco/indexador	Base	Resultado		
				cenário provável	cenário A	cenário B
GRU AIRPORT	Equivalente de caixa	DI	232.110	28.178	21.134	14.089
GRU AIRPORT	Aplicações Financeiras	DI	45.745	5.553	4.165	2.777
GRUPAR	Equivalente de caixa	DI	502	61	46	30
			278.357	33.792	25.345	16.896

g.2) Passivo financeiro

Empresa	Operação	Risco/indexador	Base	Resultado		
				cenário provável	cenário A	cenário B
GRU AIRPORT	Empréstimo	TJLP	2.480.453	148.827	186.034	223.241
GRU AIRPORT	Debêntures	IPCA	644.719	43.841	54.802	65.761
GRU AIRPORT	Concessão serviço público	IPCA	12.039.828	818.708	1.023.385	1.228.062
			15.165.000	1.011.376	1.264.221	1.517.064

Referência para ativos e passivos financeiros

DI Ativo (% ao ano)	12,14%	9,11%	6,07%
TJLP (% ao ano)	6,00%	7,50%	9,00%
IPCA Passivo (% ao ano)	6,80%	8,50%	10,20%
DI Passivo (% ao ano)	12,14%	15,18%	18,21%

Fontes de informação: BACEN, CETIP e FGV

27. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizando o cálculo de resultado básico e diluído por ação:

Resultado básico diluído por ação	31/12/2014	31/12/2013
Numerador		
Resultado do período atribuído aos acionistas da companhia	(202.222)	64.741
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada por número de ações	52.238	36.596
Resultado básico e diluído por ações em reais	(3,871)	1,769

28. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Concessionária teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

A Diretoria

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013

Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados	66.690	88.120
---	--------	--------

Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	561.499	851.372
--	---------	---------

Aquisição de intangível ainda não liquidada (fornecedores)	14.700	25.182
--	--------	--------

29. OUTROS EVENTOS

Em 14 de Outubro de 2014, foi proferida sentença julgando extinto o processo pelo acolhimento de ilegitimidade e prescrição do Processo Judicial nº 0009211-60.2013.4.03.6119 apresentada por José Eduardo Guinle e outros perante a 2ª Vara Federal de Guarulhos.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

A partir de abril de 2015, foi alterada na Concessionária a alíquota de ISS sobre as receitas tarifárias de 2% para 5%, conforme Lei nº 7.342/14 aprovada em 23 de dezembro de 2014.

Leandro Ferreira Gonçalves
Contador - CRC 1RJ - 105435

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individuais e consolidadas, do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. em 31 de dezembro de 2014,

o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ênfase

Conforme Nota Explicativa 1, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade dos negócios. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta, no consolidado, capital circulante líquido negativo de R\$938.332 mil. A Administração considera que, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses, a Companhia também conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013

As informações e os valores correspondentes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, datado de 20 de março de 2014, que continha ênfases mencionando que: as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, que no caso da Companhia, essas práticas diferem do IFRS somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa

Contador - CRC 1RJ 065.976/O-4